

Respostas da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República a ((o))eco sobre a transição agroecológica no Brasil.

- Quais são as principais ações após a retomada da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, especificamente no que se refere à transição agroecológica no país?(se possível, gostaríamos de contar com dados acerca de avanços)

R: Em 2023, com o início do terceiro mandato do presidente Lula e do processo de retomada da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO (instituída através do [Decreto Nº 7.794/2012](#), revigorado pelo Decreto Nº 11.397/2023), destacamos a retomada da participação da sociedade civil por meio da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), na elaboração e acompanhamento da PNAPO e de seu principal instrumento de execução o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica -PLANAPO, vigência 2024-2027, lançado no Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro de 2024, pelo presidente Lula.

No processo de retoma, a sociedade civil apontou 3 (três) ações estruturantes e prioritárias para serem executadas no âmbito do PLANAPO 2024-2027, a saber:

1. A retomada do Programa de Fortalecimento das Redes Territoriais de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica - Programa Ecoforte;
2. O lançamento de chamadas em apoio aos Núcleos de Estudos em Agroecologia - NEAs e
3. A Implementação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - Pronara.

1. PROGRAMA ECOFORTE

O Programa Ecoforte, foi criado em 2013, como parte integrante da PNAPO, implementado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2023, o Programa ECOFORTE foi retomado por meio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) envolvendo SG, MDA, MAPA, MMA, MDS, MTE, CONAB, EMBRAPA, BNDES, FBB e BB. Em 2024 foi lançado um novo [Edital ECOFORTE](#) de R\$ 100 milhões para investir no

Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica. Os recursos são oriundos da Fundação Banco do Brasil e do BNDES (Fundo Social Ambiental e Fundo Amazônia).

Foram selecionados 37 projetos, totalizando R\$75 milhões de investimento em todas as regiões do Brasil, os projetos representam redes que reúnem mais de 600 organizações da agricultura familiar, com atendimento direto a aproximadamente 15.000 famílias de agricultores familiares e previsão de beneficiamento indireto de cerca de 60.000 pessoas. Distribuição Regional dos Projetos: Região Nordeste: 13 projetos; Região Norte: 5 projetos; Região Centro-Oeste: 1 projeto; Região Sudeste: 8 projetos; Região Sul: 10 projetos.

2. NÚCLEOS DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA – NEAs

Os NEAs se destacam como umas das principais inovações da PNAPO. A iniciativa envolve esta SG-PR, MDS, MDA, MEC, MPI, MSAúde, MAPA e o MPA, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com um aporte total de R\$ 22,5 milhões, a retomada dos NEAs se deu em abril/2025 através do lançamento da chamada pública unificada CNPQ/MDA/MDS/MEC/MPA/MPI/MS/SG-PR N°01/2025 de apoio aos NEAs, com o objetivo de apoiar projetos que integrem pesquisa, ensino e extensão voltados à construção e socialização de conhecimentos, inovações, práticas e tecnologias aplicadas e/ou adaptadas à agroecologia e à produção orgânica, promovendo o desenvolvimento sustentável, solidário, socialmente justo, economicamente inclusivo, a participação social nos territórios, a alimentação saudável e adequada e a resiliência aos impactos das mudanças do clima junto ao seu público-alvo - assentamentos rurais da reforma agrária, comunidades e povos tradicionais, quilombolas, povos indígenas e coletivos que promovem a agroecologia.

Os projetos aprovados já foram contratados pelo CNPq e estão iniciando as suas atividades. Entende-se que o lançamento da Chamada reforça o compromisso do governo com a promoção de sistemas agroecológicos e a valorização do conhecimento tradicional e científico para a promoção de sistemas alimentares, sustentáveis, saudáveis e justos.

3. PROGRAMA NACIONAL DE REDUÇÃO DE AGROTÓXICOS - PRONARA

A instituição do PRONARA, pelo [Decreto nº 12.538/2025](#), é uma conquista do processo de participação social na proposição de políticas públicas, após mais de dez anos de reivindicação no âmbito da CNAPO. O principal objetivo do programa é promover a redução progressiva do uso de agrotóxicos, especialmente os considerados perigosos. O PRONARA representa um marco para o Brasil, medida urgente para proteger a saúde humana e ambiental.

Portanto, a proposta é promover a redução do uso de agrotóxicos e a ampliação de alternativas para produção agropecuária, incentivando agriculturas de base sustentável, considerando as referências da agroecologia e agricultura orgânica. Para isso, o programa propõe ações intersetoriais, como monitoramento de resíduos, incentivos fiscais, capacitação de agricultores e agricultoras e fomento a bioinsumos, integrando políticas, além do cumprimento de acordos internacionais. O Programa é uma medida que reafirma o compromisso do Brasil e do Presidente Lula para a promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos.

Foi instituído o Comitê Gestor do PRONARA, coordenado por esta SG-PR e composto também pelo MDA, MAPA, Embrapa, MSAúde, Fiocruz, Anvisa, MMA, Ibama, MDS, MCTI, MFazenda e Casa Civil. Para garantir nosso compromisso com a participação e controle social, serão criados subcolegiados para ampliar a participação de outros órgãos e entidades, públicos e da sociedade civil. Nesse sentido, destacamos a instituição do Comitê de Assessoramento, de caráter permanente, e composto, prioritariamente, pela sociedade civil, com o objetivo de orientar e acompanhar a implementação do PRONARA ([Resolução CG PRONARA SE/SG-PR N° 3, de 20 de janeiro de 2026](#)).

Dentre os próximos passos está o lançamento das ações prioritárias para o primeiro plano de implementação do Programa já aprovadas pelos órgãos que compõe o comitê gestor. Para mais informações - [PRONARA — Secretaria-Geral](#)

Também destacamos a criação do Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia (PNPIAF), instituído em dezembro de 2025, por meio do Decreto 12.287. O PNPIAF é uma proposta inovadora de movimentos da agricultura familiar apresentada ainda na transição do governo, cujo desenho

envolveu, sob a liderança do MDA, a ativa participação do MCTI, do MMA, do MEC, da Embrapa, de Universidades e Institutos Federais, além de representações de organizações e movimentos sociais. O programa tem por objetivo a ampliação da produção de alimentos saudáveis a partir do fortalecimento das instituições de pesquisa e inovação, visando ao desenvolvimento e financiamento de soluções tecnológicas adequadas, considerando a grande diversidade da agricultura familiar no país. A sua implementação representa a proposição de uma transição sociotécnica, capaz de impulsionar a bases técnico científicas para fortalecer a transição agroecológica dos sistemas alimentares.

- Quais os principais entraves para o avanço da transição agroecológica na velocidade necessária, diante da urgência climática?

R: São muitos os desafios. A crise climática demanda ações urgentes e integradas, capazes de articular a imensa diversidade de biomas, povos e territórios que compõem o Brasil.

Um dos desafios que se refere à governança, é necessária a construção de uma governança verdadeiramente democrática se apresenta como pilar essencial para o desenvolvimento de políticas climáticas efetivas. Este processo exige o fortalecimento contínuo dos mecanismos de participação social, incluindo desde conselhos populares até grandes espaços de diálogo como a Cúpula dos Povos. É particularmente urgente ampliar a representação das mulheres e de grupos historicamente marginalizados nos processos decisórios, garantindo que suas vozes e experiências moldem as políticas públicas. A implementação de ciclos democráticos completos - desde a concepção até o monitoramento das políticas - e a promoção de intercâmbios regulares entre diferentes conselhos e movimentos sociais são estratégias fundamentais para consolidar este caminho.

No âmbito dos sistemas alimentares, setor intimamente ligado à crise climática, a agroecologia se apresenta como alternativa central. É imprescindível mapear e dar visibilidade às experiências bem-sucedidas neste campo, levando esses exemplos para debates importantes como no âmbito internacional, na COP e a Cúpula dos Povos, por exemplo.

- Como a questão climática - e o reconhecimento da transição agroecológica como fundamental para mitigação/adaptação - colabora para o amadurecimento das políticas locais?

R: Diante deste desafio complexo da questão climática, emerge a necessidade de desenvolver alternativas que partam das realidades locais, fortalecendo a cooperação entre comunidades tradicionais, famílias agricultoras e governos para enfrentar os crescentes impactos ambientais. As respostas mais efetivas devem ser construídas de dentro para fora, valorizando os saberes ancestrais e as inovações locais, transformando cada território em um polo de experimentação e resistência, capaz de apoiar a “co-criação” de políticas locais.

A efetividade destas transformações depende fundamentalmente do fortalecimento das capacidades locais. Investir na formação de lideranças comunitárias e criar mecanismos permanentes de avaliação das políticas públicas são passos indispensáveis nesta jornada. Mais do que medidas pontuais, o que se requer é uma profunda mudança cultural, que valorize o trabalho de base e a organização comunitária como alicerces da ação política.

O Brasil se encontra em posição singular para assumir a liderança nas transformações socioambientais globais. Este potencial, no entanto, só se realizará plenamente se o país adotar a agroecologia como modelo de desenvolvimento, enfrentar as injustiças climáticas com políticas territorializadas e usar sua influência diplomática para pressionar por acordos internacionais mais equitativos. A emergência climática não será resolvida apenas com grandes declarações globais - exige ação local articulada, participação popular efetiva e compromisso inabalável com a justiça social e territorial. O Brasil tem diante de si a oportunidade histórica de demonstrar que outro futuro é possível, desde que as vozes das comunidades e os saberes tradicionais ocupem o centro do processo decisório.